

RETORNO AO FUTURO: GLOBALIZAÇÃO E POLARIZAÇÃO SOCIAL NAS CIDADES DO SÉCULO XXI ¹

Walter Rodrigues ²

1. Três cenários sobre o futuro das cidades

O desafio proposto consiste em imaginar como serão as cidades no ano 2020, não sendo, pois, um exercício simples e provavelmente, mesmo acreditando nas potencialidades das metodologias prospectivas crescentemente disponíveis, não será um exercício isento de alguma especulação. No entanto, pensamos que a especulação teórica sobre o futuro próximo é sempre positiva e poderá ser um exercício profícuo se servir como ponto de partida para uma reflexão sobre um horizonte de curto ou médio prazo, isto é, dez a quinze anos e desde que procure, para tal, interpretar os sinais ou tendências de mudança que, desde já, são visíveis.

Propomo-nos, justamente, com base naqueles sinais ou tendências de mudança, fazer uma resenha das principais perspectivas veiculadas nos últimos anos sobre o presente-futuro das cidades, partindo do delinear de três cenários alternativos.

Podemos imaginar um primeiro cenário, pessimista e algo apocalíptico, sobre o futuro das metrópoles que tende a ver a cidade, e em particular a cidade-metrópole, como uma forma de organização espacial em «vias de extinção».

Neste cenário, a vida nas metrópoles tenderia a tornar-se insustentável, devido à ingovernabilidade oriunda de um crescimento excessivo da população urbana, das disfunções provenientes da desorganização do espaço e do tecido social e económico e intensificação, até à saturação, das condições espaciais e ambientais, da mobilidade intraurbana. Trata-se de um cenário inspirado na

¹ A comunicação apresentada resulta de um projecto de investigação em curso no CET-ISCTE de que o autor é investigador responsável, financiado pela JNICT e intitulado «Retorno à Cidade e Novos Estilos de Vida — Dinâmicas Urbanas, Recomposições Sociais e Apropriação da Cidade em Lisboa». Da equipa de investigação do projecto fazem ainda parte as sociólogas Teresa Amor e Ana Cotrim.

² Sociólogo. Docente do ISCTE e investigador do CET.

realidade de alguns espaços urbanos tornados ingovernáveis, sobretudo em algumas metrópoles norte-americanas que já inspiraram alguma ficção cinematográfica conhecida.

Um segundo cenário, que poderíamos designar de optimista, veiculado frequentemente no discurso político mas também no discurso analítico, aponta, sobretudo, para a possibilidade da requalificação urbana e potencialidades económicas de futuro dos espaços metropolitanos e resulta da crença na capacidade das reconversões produtivas das economias urbanas num contexto de globalização e de crescente tecnologia da actividade económica e da vida social urbana em geral. Este cenário tem origem em algumas leituras dos actuais processos de globalização onde predomina um certo determinismo tecnológico e uma crença, quanto a nós excessiva, de que o factor tecnológico da mudança sócio-económica é portador, em exclusivo, de benefícios. Esta perspectiva tende a desvalorizar os efeitos socialmente perversos das mudanças tecnoeconómicas.

Neste cenário, um crescente investimento nas cidades tenderia a minimizar os problemas resultantes da intensificação da mobilidade metropolitana e a produzir como efeito uma crescente requalificação da paisagem urbana conducente à revitalização dos espaços urbanos .

Finalmente, um terceiro cenário possível sobre o futuro das cidades, que consideramos mais plausível, recusa a hipótese do «fim das cidades», mas ao invés das perspectivas mais optimistas aponta simultaneamente para a hipótese de requalificação urbana crescente da maioria das metrópoles mundiais e manutenção de espaços urbanos ingovernáveis, concentracionários em termos de problemas sociais e urbanos, degradação urbanística e disfunções sociais.

Neste cenário, as cidades e particularmente as metrópoles serão um território estratégico do século XXI, mas um território caracterizado pela concentração de contradições e polarizações sociais e espaciais substancialmente mais acentuadas do que o foram ao longo do século XX.

Este cenário assenta sobretudo no questionamento das implicações das actuais dinâmicas urbanas e dos processos de globalização.

2. Dinâmicas urbanas e retorno à cidade

Em primeiro lugar julgamos que se deve questionar a ideia de abandono e desinvestimento, generalizado, nas grandes cidades (desurbanização), e a essa ideia contrapor a ideia de um retorno à cidade (reurbanização), pelo menos numa boa parte das metrópoles europeias e norte-americanas. Retorno de investimento económico e político e também de população, mas um retorno estrategicamente situado ao nível dos sectores sociais e económicos centrais na nova ordem económica, social e urbana, nomeadamente aqueles que lideram crescentemente os fluxos das economias urbanas e mundiais.

É verdade que algumas cidades, como é o caso de Lisboa, têm vindo a assistir a uma diminuição da sua população e do emprego. Na década de oitenta a população residente em Lisboa diminuiu acentuadamente e o emprego sofreu também um significativo decréscimo. Contudo, aquela fase do desenvolvimento urbano que no caso de Lisboa ocorre dez a vinte anos após ter ocorrido em outras metrópoles europeias, parece em meados dos anos noventa, senão completamente invertida, pelo menos relativamente estancada, no que concerne à desvitalização económica e populacional.

No entanto, a reflexão sobre as dinâmicas urbanas deve passar cada vez mais por procurar saber, não tanto os saldos migratórios ou os volumes de emprego existentes num determinado território, mas antes a composição sócio-económica resultante da conjugação dos diversos movimentos migratórios e das reconversões económicas que se estão a operar nas metrópoles contemporâneas.

Desde logo, a população urbana de uma determinada metrópole já não é apenas a sua população residente, nem sequer exclusivamente a que resulta das comutações metropolitanas diárias dos movimentos pendulares, mas toda a população que quotidianamente vive na cidade porque à cidade vem trabalhar, estudar, consumir ou desenvolver actividades de lazer. Uma população que tem origem, por vezes, em outras cidades do país, mas também em outros países, deslocando-se para exercício da sua actividade profissional ou de lazer a cidades de países que não aquele onde residem. São um novo tipo de *commuters*, resultado, também, dos processos de globalização.

Por outro lado, se considerarmos apenas os movimentos migratórios com origem na mobilidade residencial, poderemos verificar uma tendência clara para uma recomposição social da população das cidades-centro das metrópoles com tendência para a polarização social e correlativo esvaziamento dos sectores sociais intermédios. Com efeito, no caso de Lisboa, tal como está a suceder em outras metrópoles a nível mundial, a mobilidade residencial para o núcleo urbano central da metrópole é largamente protagonizada por uma população de elevado estatuto sócio-económico, enquanto a população que protagoniza os movimentos de mobilidade residencial para as periferias urbanas é maioritariamente uma população pertencente aos sectores sociais intermédios, correntemente designados por «classes médias».

A tendência para a polarização social da cidade-centro da metrópole de Lisboa, tal como sucede em outras metrópoles, resulta, pois, de estratégias de mobilidade residencial rumo à cidade e de permanência ou mobilidade interna das camadas sociais médias-altas e mesmo altas; de estratégias de mobilidade residencial para as periferias das camadas sociais médias-baixas e da praticamente inexistente mobilidade residencial nas camadas baixas residentes na cidade, devido à inexistência de recursos que permitam essa mobilidade e logo à incapacidade de formulação de qualquer estratégia ou projecto de mobilidade residencial.

No que concerne às recomposições do emprego existente na cidade, um processo similar ocorre. Se de facto Lisboa vê diminuir o volume de emprego, do ponto de vista sectorial trata-se do emprego nos sectores da indústria transformadora e dos serviços sociais e pessoais, mas por outro lado assistiu a um crescimento continuado do emprego nos serviços de hotelaria e no comércio e a um *boom* de crescimento no sector dos serviços financeiros, imobiliários e, sobretudo, nos serviços de apoio à actividade empresarial.

Também no que concerne ao emprego se assiste a uma tendência para a polarização social da cidade, na medida em que são os sectores responsáveis pelo emprego que gerou o crescimento das classes médias «tradicionais» que diminuem de forma mais acentuada, enquanto aumenta o emprego gerador dos sectores sociais de elevado estatuto (os «serviços avançados») e simultaneamente o sector responsável pelo crescimento do emprego dos serviços, onde pontuam as fracas ou nulas qualificações profissionais, os serviços de hotelaria, restauração e o comércio. Contudo, este último sector cresceu menos, em termos proporcionais, na cidade de Lisboa do que nas suas periferias e por outro lado os sectores dos serviços sociais e serviços pessoais que diminuíram o seu peso proporcional em Lisboa, paralelamente, cresceram significativamente nas periferias.

3. Globalização e nova ordem sócio-económica e urbana

Uma outra linha de questionamento sobre o futuro das cidades deverá consistir na discussão das implicações dos processos de globalização. É verdade que o uso deste conceito se generalizou e se transformou numa espécie de panaceia para todos os males ou para todas as virtudes dos actuais processos de mudança sócio-económica.

Muito embora seja um conceito «desgastado» por um uso recorrente, os sentidos que lhe são atribuídos nem sempre são coincidentes.

Em primeiro lugar, os processos de globalização são por vezes confundidos com a mera internacionalização da economia ou ainda com a tese da «aldeia global», quando na verdade possuem um alcance mais profundo, significando para diversos autores, fundamentalmente, uma reconfiguração dos modos como concebemos e usamos o espaço e o tempo, com implicações fortíssimas na mobilidade dos objectos (do capital e da cultura) e dos sujeitos (das pessoas), alterações profundas nas distâncias e velocidades resultantes da compressão do espaço-tempo, no entender do geógrafo David Harvey. Neste mesmo sentido Giddens sustenta que a globalização é um fenómeno «não apenas, ou mesmo não primordialmente, económico e não deveria ser equiparado à emergência de um sistema-mundo» (GIDDENS, 1994, p. 4).

Em segundo lugar, considera-se apenas a criação de sistemas de larga escala e as respectivas influências a nível sócio-económico. quando a globalização

não anula os contextos locais e mesmo pessoais da experiência social, mas antes pressupõe a sua transformação e é simultaneamente causa e efeito de processos não apenas tecnoeconómicos (desenvolvimento das tecnologias de produção, de informação e comunicação) como de processos ambientais e culturais. A globalização da cultura e a globalização dos riscos ambientais são duas facetas dos processos de globalização que, embora frequentemente mediatizadas, raramente têm contemplado o debate e os estudos sobre as suas consequências para a emergência de uma nova ordem social e económica urbana.

Para Giddens, a globalização remete, de facto, para a «transformação do espaço e do tempo» e «não concerne apenas à criação de sistemas de larga-escala como também à transformação dos contextos locais e mesmo pessoais de experiência social» (GIDDENS, 1994, p. 4 e 5). Por outro lado, adianta ainda aquele autor, a «globalização não é um processo singular mas uma complexa mistura de processos, que por vezes actuam em sentidos contraditórios, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação. Daí, por exemplo, o renascer de nacionalismos locais e um acentuar das identidades locais que caminham de par com influências globalizantes em relação às quais permanecem em oposição» (GIDDENS, 1994, p. 5).

Algumas das tendências de mudança societal, decorrentes dos processos de globalização, induziram, precipitadamente, a análise das dinâmicas sociais e urbanas contemporâneas que actualmente começam a ser questionadas, nomeadamente a três níveis: (i) a tese da crescente massificação dos consumos e das práticas sociais em geral, correspondente a um aumento indiscriminado das chamadas classes médias, nomeadamente urbanas; (ii) a tese do fim da relevância dos contextos locais de produção identitária e de vida social em geral, com a tendencial homogeneização de práticas e estilos de vida; (iii) a tese do fim dos constrangimentos espaciais para as práticas sociais e para as actividades económicas, com a consequente des-territorialização dos relacionamentos sociais e da implantação produtiva.

Aqueles equívocos decorrem, entre outros factores, de uma confusão entre o que foram efeitos da intensificação da mundialização da economia com a globalização e de uma fase de expansão do modelo fordista de produção e consumo, com a fase actual, de transição e de acentuada crise desse modelo nas economias mundiais. Por outro lado, as influências da globalização da cultura e os sinais de uma sociedade informacional foram confundidos com a aniquilação das competências distintivas e capacidades de territorialização por parte do elemento material, espaço quer para a localização produtiva quer para os relacionamentos sociais.

Com efeito, no que concerne especificamente à vida urbana, e embora savaguardadas as devidas clivagens de desenvolvimento sócio-económico e urbano das sociedades europeias e norte-americanas, assistiu-se nos anos 80 e primeira metade da década de 90 à emergência de novas formas de concentração territorial, com a implantação no centro das grandes cidades de um volume de

actividades empresariais nunca antes verificado. Tratou-se, no entanto, fundamentalmente, de empresas ligadas ao sector financeiro e ao sector dos serviços especializados, nomeadamente, informação, comunicação, cultura e lazer.

As cidades aparecem, deste modo, de novo, como lugares estratégicos da nova ordem económica e social, porém com um papel reforçado no quadro dos actuais processos de globalização geradores de uma intensa competição entre as cidades a nível mundial, na procura dos melhores posicionamentos nos fluxos mundiais da economia, implicando alguma subalternização dos Estados-nação e a alteração da lógica mundial centro-periferia e, desse modo, desencadeando **novas desigualdades interurbanas e intra-urbanas**.

No que concerne em particular às novas desigualdades intra-urbanas, tributárias da nova estrutura do emprego e do mercado de habitação das cidades, poderemos destacar duas tendências correlativas: (i) acentuar de clivagens espaciais, nomeadamente entre espaços urbanos requalificados e permanência de degradação urbanística e de enclaves de decadência residencial; (ii) aumento das clivagens sociais, nomeadamente entre o que já foi designado de «novíssimas classes médias-altas urbanas» e as «novas classes baixas urbanas».

Com efeito, assiste-se, crescentemente, ao incremento de processos de requalificação urbana em curso na generalidade das metrópoles europeias, indutores de uma «esteticização da paisagem urbana», provocada pela preocupação crescente com o «embelezamento» da cidade, higienização dos espaços públicos e crescente investimento no património edificado e na tradição urbana como valor a incorporar na nova lógica da própria actividade económica e nos novos estilos de vida da urbanidade, mas visível ainda na reconversão urbanística de «lofts» e outros espaços produtivos para funções residenciais ou para actividades culturais e de lazer como museus, galerias de arte, discotecas, bares, restaurantes. São ainda sinais dessa requalificação o crescimento dos chamados «parques habitacionais», geralmente em condomínios mais ou menos fechados e protegidos da «hostilidade» da nova urbanidade criada, «fortificados», provocando o que se designou já de «efeito de concha» como faceta de alguns estilos de vida dessa nova urbanidade. As próprias edificações dos complexos empresariais e dos espaços de consumo e lazer parecem merecer, igualmente, preocupações acrescidas de natureza esteticizante.

Contudo, não raramente, lado a lado com aqueles espaços urbanos requalificados parecem permanecer enclaves de degradação urbanística acentuada, motivando uma maior visibilidade das clivagens sócio-espaciais e da segregação social do espaço, transformando as cidades contemporâneas num mosaico de acentuadas desigualdades fortemente potenciadoras de disruptividade social.

Também no que concerne às novas desigualdades sociais urbanas é possível verificar, de acordo com os estudos mais recentes, efectuados em algumas metrópoles europeias e mundiais, um acentuar de clivagens, nomeadamente entre os protagonistas de novos estilos de vida específicos desta nova ordem sócio-económica e urbana. Por um lado, os estilos de vida das «novíssimas

classes médias-altas urbanas», representantes das identidades sócio-culturais cosmopolitas e, por outro lado, os estilos de vida das «novas classes baixas urbanas», caracterizadas por fracos recursos em termos de qualificações e, em alguns casos, por elevados índices de pobreza, representantes das identidades culturais localizadas e das culturas imigrantes reterritorializadas.

Os estudos mais recentes vêm, pois, chamando a atenção para o surgimento, deste modo, de **novas polarizações sociais e espaciais** das cidades como resultado da sua reconfiguração social e económica e respectiva emergência de novas formas sociais e culturais, na sequência dos processos de globalização.

A questão central parece residir no facto de as novas economias urbanas, ao terem como alavanca essencial o sector financeiro e um sector de serviços especializados, ou que se tem designado como um quarto sector da actividade económica (produção simbólica, produção de inovação tecnológica), conduzirem, necessariamente a um processo de atracção de população com recursos elevados, nomeadamente, em termos profissionais e académicos e mesmo relativamente elevados em termos económicos. São fundamentalmente estes sectores sócio-económicos que estão presentes nos contingentes populacionais que progressivamente vêm produzindo os processos de *gentrification* residencial e económica das metrópoles. Porém, a nova ordem económica urbana atrai imperativamente, também, uma população com baixos recursos a todos os níveis. Trata-se da mão-de-obra desqualificada e, em alguns casos, «marginal», não dispensável, de todo, à nova economia urbana, mas inversamente crucial à manutenção daqueles serviços e à própria reprodução das «novíssimas classes médias-altas urbanas».

A nova economia urbana implica transformações na organização da produção e distribuição de bens e serviços de consumo, por via de um processo de «*gentrification* económica» que decorre dos novos padrões de consumo dos estilos de vida daqueles estratos sociais médios-altos. Um dos traços desses novos estilos de vida consiste na valorização do pequeno comércio de produtos de qualidade e não nos grandes estabelecimentos e na valorização da pretensa «autenticidade» e «singularidade» dos produtos e serviços mais «personalizados» e não massificados, implicando a necessidade de uma mão-de-obra de fracas qualificações e baixo estatuto remuneratório e de inserção profissional precária. Aqueles consumos são, em parte, satisfeitos graças a uma crescente informalização da economia. Por outro lado, a configuração do tecido social e económico desta nova ordem social e urbana exige, crescentemente, serviços de baixa qualificação, que decorrem não já das actividades de consumo e lazer mas das próprias actividades do «sector produtivo», como seja a manutenção e limpeza dos edifícios, os serviços de portaria, os serviços de segurança, etc. A necessidade crescente deste tipo de actividades nas economias urbanas permite a absorção de uma mão-de-obra excedentária num sector industrial em recessão e a mão-de-obra imigrante, ambas em crescimento acelerado no continente europeu e norte-americano.

É no centro das grandes cidades que se tendem a localizar os estratos sociais que temos vindo a abordar, porque é aí que é possível a sua reprodução, razão adicional para uma tendência para a re-emergência dos centros urbanos como lugares estratégicos nas próximas décadas.

Estas mutações não implicam o fim da classe média «clássica», mas sim dinâmicas sociais, económicas e espaciais que contribuem mais para a desigualdade extremada e polarização da vida urbana no que se designa, provisoriamente, por «novíssima classe média-alta» e «nova classe baixa», do que para a expansão de uma vasta classe média própria do período de massificação da produção e do consumo da última fase do «capitalismo organizado», ou seja, a época áurea do capitalismo fordista que do ponto de vista do desenvolvimento urbano corresponde à fase de suburbanização das cidades, caracterizada por uma lógica de investimento de capital intensivo, enquanto a fase actual, de reurbanização, se caracteriza por uma lógica de investimento de trabalho intensivo.

A **cultura de consumo**, crescentemente dominante nas sociedades contemporâneas, é, de facto, uma cultura da fragmentação social que parece produzir acentuadas clivagens entre um sector social de hiperconsumo e outro de pobreza extrema. Este extremar de posições e condições sociais vem questionar seriamente a possibilidade de uma revalorização e revitalização dos centros urbanos e como tal deveria merecer a atenção dos cientistas sociais e dos responsáveis políticos da actualidade.

A **nova urbanidade**, que vai esboçando os cenários do futuro das metrópoles para o século XXI, emergente do actual processo de retorno à cidade e das actuais mutações societárias decorrentes dos processos de globalização, parece estar longe de uma urbanidade da coexistência de sinal positivo entre identidades diversificadas e heterogeneidades sociais, da participação social e exercício da cidadania, como seria desejável, mas, inversamente, marcada pela periferização no próprio centro das cidades, pela intensa competição intra-urbana e inter-urbana à escala regional, continental e mundial, pelo multiculturalismo de inserção social complexa e pela assunção da violência, produtora de um quadro de vida de crescente tensão social e insegurança, específica desses mesmos contextos de urbanidade.

Bibliografia

- BECK, U., (1992), *Risk Society — Towards a new modernity*, London, Sage.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (1994), *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press.
- BUDD, L. and WHIMSTER, S. (eds.), (1992), *Global Finance and Urban Living*, London, Routledge.
- CHEVALIER, J.; PEYON, J.-P., (org.), (1994), *Au Centre des Villes — Dynamiques et recompositions*, Paris, L'Harmattan.

Retorno ao futuro: globalização e polarização social nas cidades do século XXI

- COOKE, Ph. (1988), «Modernity, post-modernity and the city», *Theory, Culture and Society*, vol. 5, n.º 2-3, pp. 475-492.
- DAVIS, M. (1985), «Urban renaissance and the spirit of postmodernism», *New Left Review*, 151, pp. 106-113.
- FEATHERSTONE, M. (1991), *Consumer culture and postmodernism*, London, Sage.
- GIDDENS, A. (1991), *Modernity and Self-Identity*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, A. (1994), *Beyond Left and Right*, Cambridge, Polity Press.
- GLASS, R. (1963), *Introduction to London, aspects of change*, London, Centre for Urban Studies.
- HARVEY, D. (1989), *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Blackwell.
- LASKA, S. B.; SPAIN, D. (eds.), (1980), *Back to the city*, New York, Pergamon Press.
- NELLO, O. (1995), «Políticas urbanas y gobierno metropolitano en el proceso de integración europea», *Ciudad y Territorio*, vol. III, n.º 106, pp. 783-792.
- PETSIMERIS, P. (1994), «Le Grand Londres entre Polarisation Sociale et Gentrification», in: CHEVALIER, J.; PEYON, J.-P. (org.), *Au Centre des Villes-Dynamiques et recompositions*, Paris, L'Harmattan.
- SASSEN, S. (1994), *Cities in a World Economy*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
- SIURMER-SMITH, L.; BURTENSHAW, D. (1994), «Degradação e rejuvenescimento urbanos», pp. 163-184, in: PINDER, D. (org.), *Europa Ocidental — Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta Editora.
- SMITH, N., WILLIAMS, P. (1986), *Gentrification of the city*, Boston, Allen & Unwin.
- ZUKIN, S. (1987), «Gentrification: culture and capital in the urban core», *Annual Review of Sociology*, n.º 13, pp. 129-147.
- ZUKIN, S. (1988), «The postmodern debate over urban form», *Theory, Culture and Society*, vol. 5, n.º 2-3, pp. 431-446.